

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP

## Termo de Referência 371/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
371/2025	986595-PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP	MARCELO DONIZETI DO NASCIMENTO	14/05/2026 16:11 (v 0.16)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		1320/2025

## 1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de lanches, denominado Kit Lanche, bem como demais gêneros alimentícios, para atendimento das demandas dos eventos das secretarias envolvidas neste P.L., contendo todos os alimentos prontos para o consumo, embalados individualmente, em condições higiênico-sanitárias adequadas, de fácil transporte e distribuição nos locais determinados pela CONTRATANTE interessada, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

**Obs.: Em virtude da especificidade dos itens (Bolo em pedaço e kit Alimentação), não foi possível encontrar referências de mídia digital.**

**1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.**

**1.2. Os objetos desta contratação são caracterizados como de natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.**

**1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021.**

**1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.**

**1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.**

## **2. Fundamentação da contratação**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

## **3. Descrição da solução**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. Requisitos da contratação**

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Apresentar toda documentação de regularidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, exigida no edital.

4.2. Atender o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação que serão entregues.

4.4. Fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

4.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de entrega.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

5.1. A aquisição de Kit Lanche e ou gênero alimentício, pronto para o consumo composto por alimentos e demais insumos, nas quantidades necessárias ao pleno atendimento das diretrizes definidas, de acordo com as especificações técnicas deste termo, será da seguinte forma:

a) A CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA, quais os tipos de Kit Lanche e ou gênero alimentício, quantidade a ser fornecida, bem como local, data e horário para a entrega com antecedência mínima de 03 (três) dias corridos;

a.1) Em caso de eventual cancelamento do fornecimento, a CONTRATADA será informada em até 02 (dois) dia corrido anterior à data agendada;

b) Os alimentos fornecidos deverão estar de acordo com a legislação vigente quanto a sua qualidade sanitária, embalagem e regulamentos técnicos de identidade e qualidade expedidos pelos órgãos competentes do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura;

c) Os alimentos fornecidos deverão estar com a validade vigente, e com temperatura adequada, frescos e de acordo com a determinação da ANVISA e legislação vigente;

d) O sanduíche que compõem o kit deverá estar em embalagem individual, transparente, resistente e não tóxica para proteção sanitária e contra passagem de umidade e ar, com etiqueta informando a data de fabricação e prazo de validade.

e) O kit deverá:

e.1) Ser fornecido em embalagem de polipropileno/polietileno fechada, transparente, íntegra, atóxica, próprias para contato com alimentos, de tamanho apropriado, tipo sacola;

e.2) Ser transportado e acondicionado em caixas resistentes ao transporte e manuseio e que conservem a qualidade dos produtos (caixas térmicas higienizadas).

f) O Kit Lanche e ou gênero alimentício, deverá ser transportado em veículos fechados, próprios para transporte de alimentos, em perfeitas condições de uso (mecânica, higiene e limpeza), de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;

g) Os alimentos deverão ser transportados em condições que preservem tanto as características da embalagem, como as características do produto, mantendo as características físico-químicas e microbiológicas, atendendo à legislação vigente, em especial, a Portaria nº 326 de 30/07/97 da SVS /MS, e Portarias CVS 15/1991 e 04/2011.

## **5.2. LOCAL DE ENTREGA**

5.2.1. A montagem do Kit Lanche e ou gênero alimentício será realizada pela fornecedora CONTRATADA em seu estabelecimento e deverão ser entregues com antecedência de 01 (uma) hora do horário e data informados na Ordem de Execução de Fornecimento, instrumento emitido pela CONTRATANTE.

5.2.2. O fornecimento será realizado nos locais indicados pela CONTRATANTE, correndo por conta da fornecedora CONTRATADA, todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento.

5.2.3. O índice de reajuste aplicável deverá ser o IPCA, da periodicidade (a cada 12 meses) e da data-base vinculada ao mês do orçamento estimado (fevereiro de 2026), consoante art. 92, §3º, da lei 14.133/2021.

\* Os eventos, locais, endereços e quantidade de Kit Lanche e ou gênero alimentício são estimados, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades da Administração, desde que não seja

superado o quantitativo total estimado da Ata de Registro de Preços, e o aviso junto à CONTRATADA aconteça com antecedência.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), a CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

6.7.2. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado;

6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 66.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote

as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

## **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

## **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

## RECEBIMENTO:

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, em até 1 (uma) hora, contados da data da entrega dos bens nos locais e endereços indicados pelo CONTRATANTE, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 1(uma) hora, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 1 (um) dia útil.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## LIQUIDAÇÃO:

- 7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de trinta dias corridos para fins de liquidação, a contar da data de sua emissão.
- 7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:
- 7.10.1. o prazo de validade;
  - 7.10.2. a data da emissão;
  - 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
  - 7.10.5. o valor a pagar; e
  - 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurando à CONTRATADA a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **PRAZO DE PAGAMENTO:**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

## **FORMA DE PAGAMENTO:**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome da CONTRATADA.

7.20.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela CONTRATADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. A CONTRATANTE poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ÍTEM**.

#### Forma de fornecimento:

8.2. O fornecimento do objeto será **com entrega eventual e parcelada**.

#### Exigências de habilitação:

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica:

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



**8.9. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.11. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**8.12. Agricultor familiar:** Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.

**8.13. Produtor Rural pessoa física:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (artigos 15 a 17 e 146).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 [c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)), ou de sociedade simples;
- 8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 8.24.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

Habilitação Técnica:

As licitantes deverão apresentar licença da “Vigilância Sanitária” municipal ou estadual conforme segue art. 45 e 46 do Decreto-Lei 986/69.

*Art. 45. As instalações e o funcionamento dos estabelecimentos industriais ou comerciais, onde se fabrique, prepare, beneficie, acondicione, transporte, venda ou deposite alimento ficam submetidos às exigências deste Decreto-lei e de seus Regulamentos.*

*Art. 46. Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior devem ser previamente licenciados pela autoridade sanitária competente estadual, municipal, territorial ou do Distrito Federal, mediante a expedição do respectivo alvará.*

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.872.555,66

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.872.555,66 (Dois milhões, oitocentos e setenta e dois mil mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e seis centavos). O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

ÍTEM	QTD.	MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA TOTAL
CACHORRO QUENTE: Pão de leite de 50 (cinquenta) gramas com 01 (uma) salsicha constituída da mistura de carne suína de 1ª (primeira) qualidade (tipo hot dog) cozida, com purê de batata, batata palha,catchup, mostarda e maionese, acondicionados em caixa de isopor acompanhado de refrigerante de cola ou guaraná de 350ml.	9.710	R\$ 18,72	R\$ 181.771,20
X-SALADA/REFRIGERANTE: Contendo: 01 (um) pão de hambúrguer besuntado com 25			

(vinte e cinco) gramas de maionese, 10 (dez) gramas de catchup, 02 (duas) fatias de presunto (15 a 20 gramas), 02 (duas) fatias de mussarela (15 a 20 gramas), 01 (uma) folha grande de alface, 02 (duas) rodela de tomate, 01 (um) hambúrguer de 90gr, que deverá ser entregue embalado um a um, em plástico filme e porta pão em embalagem plástica individual, com etiqueta de data de fabricação e validade. O mesmo deverá ser fornecido para consumo imediato ou em até 03 (três) horas de sua fabricação, acompanhado de 01 (um) refrigerante lata sabor guaraná ou cola.

**LANCHE DE METRO:** Sabores: salame, presunto ou peito de peru (sabor a ser determinado conforme pedido), deverá conter:

01 (uma) baguete de no mínimo 70 (setenta) centímetros besuntada com 150 (cento e cinquenta) gramas de maionese, 150 (cento e cinquenta) gramas de cenoura ralada, 150 (cento e cinquenta) gramas de mussarela 150 (cento e cinquenta) gramas de peito de peru ou presunto ou salame, de acordo com a solicitação da CONTRATANTE no ato do pedido, 07 (sete) folhas grandes de alface, 25 (vinte e cinco) rodela de tomate. O lanche deverá ser fatiado e todas as fatias deverão ser presas com palitos de madeira (palitos de dente), entregue em caixa individual com tampa, com etiqueta de data de fabricação e validade. O mesmo deverá ser fornecido para consumo imediato ou em até 03 (três) horas de sua fabricação, acompanhado de 01 (um) refrigerante tipo pet de 02 (dois) litros sabores guaraná ou cola.

**KIT LANCHE (LANCHE/SUCO):** Contendo: 01 (um) Pão francês de 50 gramas, com 02 (duas) fatias de presunto (15 a 20 gramas) e 02 (duas) fatias de mussarela (15 a 20 gramas), que deverá ser entregue embalado um a um, em plástico filme e porta pão em embalagem plástica individual, com etiqueta de data de fabricação e validade. O mesmo deverá ser fornecido para consumo imediato ou em até 03 (três) horas de sua fabricação, acompanhado

12.700 R\$ 27,88 R\$ 354.076,00

10.148 R\$ 87,00 R\$ 882.876,00

30.290 R\$ 13,27 R\$ 401.948,30

de 01 (um) suco de caixinha de 200ml, sabores uva, laranja ou morango.

**KIT ALIMENTAÇÃO:** Contendo: 01 (um) pão de leite de 50 (cinquenta) gramas, com 02 (duas) fatias de presunto (15 a 20 gramas) e 02 (duas) fatias de mussarela (15 a 20 gramas), 02 (duas) bananas, 02 (duas) maçãs, 01 (um) suco de caixinha (longa vida) de 200ml, sabores uva, laranja ou morango, 01 (um) achocolatado de 200ml, 01 (uma) barra de cereal pesando 25 gramas (sabores diversos) e 02 (dois) biscoitos tipo lanche, pacote de 26 gramas cada com sabores variados e 01 (um) mini bolo recheado (tipo Ana Maria) embalagem individual de 40 gramas (sabores diversos). Todos os itens deverão ser acondicionados em sacos de papel kraft, e especificamente para o lanche de presunto e mussarela, *o mesmo deverá ser fornecido para a data do consumo e produzido com antecedência máxima de 03 (três) horas da entrega..*

9.855 R\$ 43,00 R\$ 423.765,00

**BOLO –** Peça retangular medindo 5x8 cm, nos sabores chocolate, fubá, formigueiro, cenoura, banana e laranja, que deverá ser entregue em caixa com tampa, com etiqueta de data de fabricação e validade de até (02) dois dias.

18.460 R\$ 4,37 R\$ 80.670,20

**SALGADOS ASSADOS (CENTO)** - de farinha de trigo com recheios diversos, tipos: esfiha de carne, esfiha de frango, enroladinho de presunto e queijo, enroladinho de salsicha, enroladinho de calabresa, mini hambúrguer, mini pizza, mini croissant, pão de queijo. Pesando no mínimo 25 gr. Cada. Fabricação do salgadinhos com data do dia da entrega, com aspecto, cheiro, cor e sabor próprios; isento de sujidades, parasitos e larvas.

1.455 R\$ 121,25 R\$ 176.418,75

**SALGADOS FRITOS (CENTO)** - de farinha de trigo com recheio diversos, tipos: coxinha, risole de presunto e queijo, risole de carne, risole de milho e requeijão, croquete, bolinha de queijo, enroladinho de salsicha, pastéis e quibe. Pesando no mínimo 25 gr cada. Fabricação do salgadinho com data do dia da entrega, com aspecto, cheiro, cor e sabor próprios; isento de sujidades, parasitos e larvas.

1.455 R\$ 109,00 R\$ 158.595,00

**REFRIGERANTE:** Sabores diversos envasados

em garrafas tipo PET de 2 litros, com as seguintes especificações: água gaseificada; extrato vegetal de GUARANÁ, LIMÃO, LARANJA OU COLA; aroma natural; classificação: normal; acidulante: ácido cítrico, conservantes: sorbato de potássio e benzoato de sódio (refrigerante de guaraná); embalagem reciclável. Validade mínima de 6 meses.	3.010	R\$ 12,38	R\$ 37.263,80
<b>REFRIGERANTE (ZERO):</b> Sabores diversos envasados em garrafas tipo PET de 2 litros, com as seguintes especificações: água gaseificada; extrato vegetal de GUARANÁ, LIMÃO, LARANJA OU COLA; aroma natural; classificação: normal; acidulante: ácido cítrico, conservantes: sorbato de potássio e benzoato de sódio (refrigerante de guaraná); embalagem reciclável. Validade mínima de 6 meses.	1.935	R\$ 13,25	R\$ 25.638,75
<b>SUCO:</b> Líquido, concentrado de frutas, nectar da fruta, caixa contendo 1 litro de suco pronto para consumo. Nos sabores: cajú, uva, maracujá, laranja e pessego. Validade mínima de 6 meses.	2.160	R\$ 12,19	R\$ 26.330,40
<b>BOLO CONFEITADO DE CHOCOLATE</b> - Massa pão de ló de chocolate, com duas camadas de recheio de doce de leite com chocolate tipo brigadeiro e/ou beijinho e cobertura de chocolate e confeito de chocolate ralado. Fabricação do bolo e montagem com data do dia da entrega, com aspecto, cheiro, cor e sabor próprios, isento de sujidades, parasitos e larvas. Cotar valor por kilo.	492	R\$ 105,93	R\$ 52.117,56
<b>BOLO CONFEITADO DE FRUTAS</b> - massa branca pão de ló, confeitado, com duas camadas de recheio de frutas (pêssego, morango ou abacaxi) e cobertura de creme tipo chantilly e confeito de frutas. Fabricação do bolo e montagem com data do dia da entrega, com aspecto, cheiro, cor e sabor próprios, isento de sujidades, parasitos e larvas.	420	R\$ 105,96	R\$ 44.490,00
<b>BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL E/OU CREAM CRACKER</b> - embalagem com 400 gramas. Biscoito salgado água e sal e ou cream cracker; composto de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico(vitamina b9), gordura vegetal, amido, açúcar invertido, sal refinado, margarina e açúcar, extrato de malte, emulsificante lecitina de soja, fermento químico bicarbonato de sódio. Acondicionado em pacote de 400 gramas, dividido em 3 pacotes individuais. Validade mínima de 6 meses.	1.170	R\$ 11,07	R\$ 12.951,90

## BISCOITO DOCE SABOR LEITE E/OU MAISENA

- embalagem com 400 gramas. Biscoito doce; sabor leite e ou maizena; obtido através da mistura de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura, amido, açúcar invertido, sal, soro leite, fermento químico, lecitina de soja, milho e soja aromatizante, acidolante, isento de gorduras trans; acondicionado em pacote de 400 gramas, dividido em 3 pacotes individuais. Validade mínima de 6 meses.

1.170

R\$ 11,66

R\$ 13.642,20

R\$ 2.872.555,66

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do tesouro municipal.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pelas seguintes dotações:

**SECRETARIA DE CULTURA** - 02.15.01.13.392.2039.2073.3.3.90.30 - Ficha 578

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E AGRONEGÓCIOS**  
02.08.01.23.691.2014.2034.3.3.90.30 - Ficha 250

**SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER**

02.10.01.27.812.2026.2053.3.3.90.30.00 - Ficha 364

**ASSISTÊNCIA SOCIAL** - 02.06.01.08.245.2011.2019.3.3.90.30.00 - Ficha 185

**FONTE:** TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS - VINCULADOS

**FONTE:** TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS

**SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA** - 02.07.01.04.122.2047.2023.3.3.90.30.00 - Ficha 215

**SECRETARIA DE SAÚDE** - 02.14.01.10.301.2034.2065.3.3.90.30.00 - FICHA 513

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** - 02.04.01.04.122.2009.2014.3.3.90.30.00 - FICHA 143

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

**MARCELO DONIZETI DO NASCIMENTO**

Equipe de apoio

**MARIANA CAMARGO BRUSCATO**

Secretária